



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 69/2023  
Adesão à Ata n.º 14/2023

**OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E SERIGRAFIA.**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços n.º 14/2023, referente ao Processo Administrativo n.º 69/2023, para adesão na condição de carona à Ata de Registro de Preços n.º 53B/2022 oriundo do Processo Licitatório n.º 200/2022, realizado pela prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos /MT, para prestação eventual aquisição de materiais gráficos e de serigrafia, objetivando parecer conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O processo foi iniciado para atender solicitação dos secretários saúde, educação, fazenda e assistência social. O prefeito autorizou a abertura do processo licitatório. O setor de contabilidade atestou a existência de dotação orçamentária para atender à despesa.

Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo. Também estão anexas a cópia da Ata de Registro de Preços n.º 53B e os ofícios de aceite enviados pelo prefeito de São José dos Quatro Marcos e pela fornecedora.

Sendo o que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO:



Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer se refere a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

Os secretários municipais solicitantes, ao solicitarem a contratação, aduziram que a aquisição tem a finalidade de suprir a necessidades de material gráfico e que são necessários para manter o funcionamento das unidades. Não acompanha documentos, relatórios ou outro documento para arrimar a justificativa.

Cumpra inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas,





sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas".

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 14 de dezembro de 2023.



b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

Verifica-se que encontram-se anexados aos autos os orçamentos, para demonstrar a compatibilidade de preços dos produtos registrados, contudo, sem análise ou comparativo de preços.

Está anexado ao processo a cópia de partes fundamentais do processo licitatório realizado na origem, sendo que nele se encontra a Ata Publicada contendo os valores dos itens a serem adquiridos.

A Comissão de Licitação deve avaliar se o valor dos itens constantes na ata, à luz dos orçamentos juntados, para que seja demonstrada a vantajosidade econômica da adesão.

Consta também dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.

Há ainda que ser observada a previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, caso a quantidade registrada tenha sido totalmente exaurida pelo órgão gerenciador, por ocasião da contratação, fica impossibilitada a adesão.

Pois em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital. A Comissão de Licitação deve se atentar para a quantidade de itens disponíveis à aquisição sob pena de burla à concorrência a que se propõe a licitação.





Desse modo, uma vez exaurido o registro, não cabe realizar novas contratações com base naquele registro, uma vez que a licitação foi efetivada para a contratação do objeto fixado. Explicando melhor: se a licitação previa a compra de número limitado de unidades, não há como justificar a contratação número maior que o licitado.

Assim sendo, a possibilidade de prorrogação não implica o restabelecimento dos quantitativos iniciais, permitindo apenas a contratação da quantidade remanescente no registro.

Com relação à Ata de Registro de Preços n.º 53/22, anexada, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie.

## CONCLUSÃO:

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela adesão a ata.

S.M.J.

Porto Esperidião, 11 de dezembro de 2022.

  
José de Barros Neto

José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 8841-B

Portaria n.º 58/12